



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH São Pedro com capacidade instalada total de 30,0 MW, e energia comercializada anual de 159,82 GWh, beneficiando aproximadamente 241 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2013 foi de R\$ 30,7 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 17,9 milhões. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Ativo			
Circulante		4.479	5.242
Caixa e equivalentes de caixa	5	909	1.052
Contas a receber	6	3.472	4.057
Impostos a compensar	-	-	69
Despesas antecipadas	-	90	56
Adiantamentos a funcionários	-	8	8
Não circulante		129.956	130.763
Ativos vinculados - BNDES	7	2.855	3.109
Depósitos judiciais	-	48	47
Impostos e contribuições diferidas	15 e 18	79	-
Imobilizado	8	124.960	127.315
Intangível	9	1.928	-
Diferido	10	86	292
Total do ativo		134.435	136.005
Passivo			
Circulante		11.025	10.050
Fornecedores	-	1.135	964
Financiamentos	12	7.144	7.212
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	13	8
Impostos e contribuições a recolher	-	242	531
Provisão para férias e 13º salário	-	80	56
Outros passivos	-	2	6
Receita diferida	1.1	1.169	-
Dividendos a pagar	11 e 13	1.240	1.273
Não circulante		46.438	50.847
Financiamentos	12	44.087	50.847
Provisões para compromissos futuros	21	2.351	-
Patrimônio líquido		13	76.972
Capital social	-	61.180	61.180
Reserva legal	-	3.032	2.136
Reserva especial	-	-	118
Dividendos adicionais propostos	-	12.760	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	11.674
Total do passivo		134.435	136.005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A São Pedro Energia S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 604/2003 e 296/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 30 Mw e uma linha de transmissão de 22 km de extensão. A contratação de energia gerada será feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009. Em 15 de junho de 2009, através do Despacho ANEEL nº 2.195, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 15 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 Mw e energia anual assegurada de 161,2 GWh. O término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033. 1.1 Mecanismo de Realocação de Energia: A Companhia tem a totalidade da sua capacidade de geração hidrelétrica inserida no MRE, responsável por mitigar os riscos hidrológicos entre as usinas hidrelétricas que aderirem ao mesmo. Por força do PROINFA, todos os anos, sempre em setembro, a Companhia informa a sazonalização para a ELETROBRÁS considerar no Plano Anual do PROINFA do ano seguinte. As contabilizações são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas ao Agente de Comercialização do PROINFA (ELETROBRÁS), que, por sua vez, por força contratual repassa os seus efeitos à Companhia, no ano seguinte, em 12 parcelas. Por meio do Despacho ANEEL/SEM nº 335/13, de 08/02/13, as empresas titulares de empreendimentos incluídos no MRE ficaram autorizadas a revisar a sazonalização dos montantes de garantia física para o exercício de 2013, até 15 de fevereiro de 2013. Contudo, a revisão da sazonalização não foi solicitada pela ELETROBRÁS à empresa. Os efeitos negativos da sazonalização expost informado pela ELETROBRÁS até o mês de outubro 2013 foi de R\$1.646, e a companhia projeta o valor de R\$1.169 para o exercício de 2013. A Administração acompanha o tema junto aos escritórios de advocacia para, caso necessário, adotar as providências cabíveis.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrações como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em junho de 2009, aliado ao custo do imobilizado atender os requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCHs do tipo Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCP 05. **Autização e indenização:** A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Intangível: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início do prazo de vigência das licenças ambientais. f. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. g. Valor recuperável de ativos: O imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. h. Provi-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de vendas		15	29.636
Custos da venda de energia			
Pessoal	-	(476)	(551)
Meio ambiente	-	(315)	(78)
Operação	-	(316)	(450)
Manutenção	-	(400)	(276)
Taxas setoriais	-	(86)	(91)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	-	(283)	(520)
Seguros	-	(235)	(158)
Depreciação e amortização	-	(3.184)	(3.281)
Outros custos	-	(136)	(46)
Lucro bruto		24.205	23.579
Despesas administrativas	16	(1.003)	(1.031)
Pessoal	-	(732)	(695)
Despesas administrativas e gerais	-	(175)	(205)
Outras despesas administrativas	-	(96)	(131)
Lucro antes do resultado financeiro		23.202	22.548
Despesas financeiras	17	(4.640)	(5.565)
Receitas financeiras	17	409	462
Resultado financeiro		(4.231)	(5.103)
Lucro antes dos impostos		18.971	17.445
Imposto de renda	18	(693)	(694)
Contribuição social	18	(369)	(367)
Lucro líquido do exercício		17.909	16.384
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	-	0,4982	0,4557
Quantidade de ações ao final do exercício	13	35.950.397	35.950.397

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	31/12/13	31/12/12	
Lucro líquido do exercício	17.909	16.384	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do exercício	17.909	16.384	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Re-serva legal	Dividendos adicionais propostos	Re-serva especial de lucros	Reserva de lucros acumulados	
Saldos em 31/12/11	61.180	1.317	10.028	-	-	72.525
Dividendos distribuídos	-	-	(10.028)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.384	16.384
Destinações:						
Reserva legal	-	819	-	-	(819)	-
Reserva especial	-	-	-	118	(118)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	11.674 (11.674)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(1.273) (1.273)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(2.500) (2.500)	-
Saldos em 31/12/12	61.180	2.136	-	118	11.674	75.108
Dividendos pagos	-	-	-	(118)	(11.674)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.909	17.909
Destinações:						
Reserva legal	-	896	-	-	(896)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	12.760	-	(12.760)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(3.013) (3.013)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(1.240) (1.240)	-
Saldos em 31/12/13	61.180	3.032	12.760	-	-	76.972

sões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. i. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. j. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. k. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. l. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. m. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. n. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuído aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2013 e 2012. o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo essas:

	IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
		Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição ²
	Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	
	Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27	Entidades de Investimento ¹
	Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros ¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. ² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis. **4. Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 20. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desempenho em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,8% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 19. Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

	31/12/13	31/12/12
5. Caixa e equivalentes de caixa:		
Bancos	24	10
Aplicação financeira	885	1.042
	909	1.052

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento. **6. Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/13	31/12/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		18.971	17.445
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do imobilizado	8	-	211
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	17	4.520	5.536
Depreciação e amortização	-	3.184	3.281
Variações nos ativos e passivos			
Aumento em contas a receber	-	585	(251)
Aumento em impostos a compensar	-	69	66
Redução (aumento) de despesas antecipadas	-	(34)	(17)
Redução (aumento) em adiantamentos a funcionários	-	-	(5)
Aumento em depósitos judiciais	-	(1)	-
Aumento em Impostos e Contribuições Diferidas	-	(79)	-
Aumento (redução) em fornecedores	-	269	354
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	5	(2)
Redução em impostos e contribuições a recolher	-	(289)	10
Aumento na provisão para férias e 13º salário	-	24	-
Aumento de outros passivos	-	(4)	(121)
Aumento em receita diferida	-	1.169	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	-	(1.064)	(1.060)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		27.325	25.447
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Redução em ativos vinculados - BNDES	7	254	206
Aquisição de imobilizado	8	(296)	(724)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(42)	(518)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos pagos	12	(6.808)	(6.783)
Juros pagos sobre financiamentos	12	(4.540)	(5.627)
Dividendos pagos	13	(13.065)	(12.000)
Dividendos pagos antecipados	13	(3.013)	(2.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(27.426)	(26.910)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(143)	(1.981)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.052	3.033
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		909	1.052
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(143)	(1.981)



2015	6.298	Total
2016	6.298	
2017	6.298	
2018	25.193	
2019 a 2021	44.087	
Mutação dos financiamentos em 2013		
Saldo inicial	58.059	
Encargos provisionados	4.520	
Pagamentos	(11.348)	
Saldo final	51.231	
As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da São Pedro Energia S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A, que atuará como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2013:		
Patrimônio líquido	76.972	
Total do ativo	134.435	
ICP	57,26%	

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **13. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$61.180. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$61.180 e está representado por 35.950.397 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. **Reserva especial:** Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. **Reserva de retenção de lucros:** Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2013, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$13.065, foram antecipados dividendos do exercício 2013, no valor de R\$3.013. Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	17.909
(=) Base de cálculo	17.909
(-) Reserva legal	(896)
(=) Base de cálculo do dividendo	17.013
Dividendos obrigatórios	1.240
Dividendos antecipados	3.013
Dividendos adicionais propostos	12.760

14. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. A Companhia é parte em ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem

aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída. Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, a Companhia é parte de processos judiciais de natureza administrativa, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de R\$63 e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciado em notas explicativas.

15. Conciliação da receita operacional líquida:	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta:	30.758	30.130
Venda de energia elétrica	31.927	30.130
Ajuste de MRE	(1.169)	-
Deduções à receita operacional:	(1.165)	(1.100)
PIS	(207)	(196)
COFINS	(958)	(904)
Deduções ao ajuste MRE	43	-
PIS Diferido	7	-
COFINS Diferido	36	-
Receita operacional líquida	29.636	29.030

16. Despesas administrativas:	31/12/13	31/12/12
Pessoal	732	695
Serviços de terceiros	52	76
Viagens	19	43
Publicação	47	39
Arrendamentos e aluguéis	115	102
Outras despesas administrativas	38	76
	1.003	1.031

17. Resultado financeiro:	31/12/13	31/12/12
Despesas financeiras:	(4.640)	(5.565)
Despesas bancárias	(1)	(8)
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	(4.520)	(5.536)
Outras despesas	(119)	(21)
Receitas financeiras:	409	462
Rendimentos de aplicações em renda fixa	396	460
Outras receitas	13	2
Resultado financeiro	(4.231)	(5.103)

18. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/13	31/12/12
	IR(*)	CSLL
Receita bruta	31.927	31.927
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	409	409
Base de cálculo	2.963	4.240
Alíquota nominal	25%	9%
Imposto sobre resultado	741	382
Diferença de alíquota	(24)	-
Imposto sobre a receita operacional	717	382
Receita ajuste MRE	(1.169)	(1.169)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%
Base de cálculo	(94)	(140)
Alíquota nominal	25%	9%
Outros ajustes	-	-
Imposto diferido sobre o resultado	(23)	(13)
Imposto total	693	369
	694	367

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%.

19. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,40%) e TJLP (5%).

Operação	Exposição 31/12/2013	Risco	Impacto	Cenário		
				I (Provável)	II (Deterioração de 25%)	III (Deterioração de 50%)
Aplicação Financeira	885	Baixa do CDI	Resultado	92	69	46
Ativos Vinculados ao BNDES	2855	Baixa do CDI	Resultado	297	223	148
Financiamentos BNDES	(51.231)	Alta da TJLP	Resultado	(2.562)	(3.202)	(3.842)

20. Cobertura de seguro: Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$3.244, com vigência até 28 de abril de 2014, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Seguro de operação: Em 28 de abril de 2013, com vigência até 28/04/2014, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$267.490, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. (*) A avaliação da Administração quanto a adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes. **21. Compromisso:** i. Licença de Implantação - Para cumprir as exigências da Licença de Implantação, a Companhia precisa ainda adquirir aproximadamente 65,29 hectares para plantio das áreas de preservação permanente - APP no entorno dos reservatórios, a serem adquiridas até 2017, com base nos PACUERAS aprovados. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$465, para aquisição destas áreas. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. ii. Licença de Operação - Todas as Licenças de Operação estão válidas e em vigor. Para atendimento dos programas ambientais nelas previstos, a empresa estima um gasto anual até o prazo de vigência da licença, em R\$1.840. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. iii. Depósitos Judiciais - A Companhia realizou um levantamento por depósito identificando se os mesmos já possuíam laudos periciais, bem como atualizou monetariamente com base nos índices divulgados pelos respectivos tribunais, apurando uma diferença de R\$29. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. iv. Legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no RGI ainda precisam ser regularizadas, com um gasto estimado em R\$17. A regularização dessas terras se estenderá até junho de 2015, em função das peculiaridades de cada situação. Em dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. **22. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2014.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA	
Abelardo Martins de Mello - Diretor;	Márcio Barata Diniz - Diretor
Contadora: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da São Pedro Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis da São Pedro Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas

demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Pedro Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase: Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente.** Conforme descrito nas notas explicati-

vas nº 3.d e 8, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado.* Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2014